

Letramento e alfabetização na educação de jovens e adultos: desafios, possibilidades e potencialidades

Vilma Souza Conceição Santos¹
E-mail: vilmadsl@yahoo.com.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo central refletir sobre práticas educativas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos – EJA no município de Amargosa, Bahia. A discussão central deste trabalho perpassa o como as práticas educativas na EJA contribuem ou não para uma formação baseada no pensamento crítico na perspectiva do letramento e quais caminhos têm sido trilhados na busca da construção de sujeitos emancipados e efetivamente alfabetizados. A pesquisa é de cunho qualitativo, tendo como metodologia a pesquisa-ação, ouvindo sensivelmente e dialogando com educadores, coordenadores, supervisores e educandos da EJA da rede municipal de educação. O referencial teórico se baseia nos estudos de Paulo Freire, Myles Horton, no que tange as reflexões da educação enquanto um processo humanizador; Magda Soares e Leda Tfouni tendo como centralidade o processo de letramento e alfabetização. Tendo em vista o caráter de provisoriedade e inacabamento da construção de conhecimentos, destaco algumas considerações que foram possíveis para a presente reflexão. A primeira delas diz respeito à história da EJA no Brasil, marcada por uma série de fragmentações. A segunda diz respeito à atuação dos profissionais da EJA. A maioria tem uma percepção crítica da realidade de descaso em que está inserida a EJA, todavia muitos desses profissionais se mantêm reafirmando currículos e práxis educativas excludentes, preconceituosas e obscuras. Muitos falseiam a realidade concreta para os educandos, mantendo a educação dos jovens, adultos e idosos em ciclo vicioso de descaso e marginalidade.

Palavras-Chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Analfabetismo; Letramento; Práxis.

Literacy and literacy education for youths and adults: challenges, possibilities and potential

¹ Pedagoga pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Centro de Formação de Professores – CFP. Educadora dos anos iniciais da Educação de Jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Amargosa – Bahia.

ABSTRACT

This research is mainly aimed to reflect on educational practices developed in the Youth and Adult Education - adult education in the town of Amargosa, Bahia. The discussion of this paper goes through as educational practices in adult education or not contribute to an education based on critical thinking from the perspective of literacy and what paths have been trodden in the search of the building effectively emancipated and literate subjects. The research is of qualitative character, with the action research methodology, significantly listening and talking with educators, engineers, supervisors and students of adult education in the municipal education. The theoretical study is based on Paulo Freire, Myles Horton, the reflections in terms of education as a humanizing process; Magda Soares and Leda Tfouni with centrality as the process of literacy and literacy. Given the character of tentativeness and incompleteness of knowledge construction, I highlight some considerations that were possible for this reflection. The first concerns the history of adult education in Brazil, marked by a series of fragmentations. The second concerns the role of adult education professionals. Most have a critical perception of the reality of neglect in which it operates EJA, but many of those professionals keeps reaffirming education curricula and practice exclusionary, prejudicial and obscure. Many distort reality for the students, keeping the education of youth, adults and seniors in a vicious cycle of neglect and marginalization.

Keywords: Education of Young, Adults and Aged; Illiteracy; literacy; Práxis.

Introdução

O objetivo da pesquisa apresentada é fazer uma discussão acerca dos fatores que dificultam que a EJA - Educação de Jovens e Adultos seja organizada de forma a propiciar aos sujeitos uma formação alfabetizadora na perspectiva do letramento. Além disso, serão discutidas quais estratégias têm sido tomadas para a superação desses principais limites.

A escolha desse tema se deu, em primeira instância, pelo meu trabalho com jovens, adultos e idosos rurais em uma turma do Programa *Todos Pela Educação* - TOPA², durante o segundo semestre do ano de 2008 e posteriormente quando fui lecionar em turmas da EJA na rede municipal de Amargosa. Desde então passei a analisar como se dava o processo de escolarização e alfabetização dos sujeitos envolvidos nessas turmas.

² Programa da Secretaria do Estado da Bahia que tem como objetivo geral "Promover uma educação de qualidade para a população de jovens e adultos, assegurando seu ingresso e permanência na escola, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para sua inclusão social, política, econômica e cultural." Com as metas alfabetizar, durante o quadriênio 2007-2010, 1 milhão de pessoas de 15 anos ou mais.

Outro dado importante que contribuiu na escolha do tema foi os altos índices de analfabetismo no Brasil, somando 14,1 milhões de analfabetos no país em 2009, a maioria concentrada entre homens, maiores de 25 anos e localizados na Região Nordeste (IBGE, 2010). Levando-se em conta o conceito de analfabeto funcional, que inclui as pessoas com menos de quatro séries de estudo concluídas, esses dados aumentam significativamente, uma vez que eles se referem a pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples.

Devido à exigência da sociedade letrada sobre o cidadão no que se diz respeito ao uso formal da escrita, muitos estudam para aprender a decodificar os códigos escritos; porém, não atuam sobre a leitura e a escrita de maneira crítica com a finalidade de mudar uma realidade. É perceptível que os mesmos também não participam, em sua maioria, de uma alfabetização na perspectiva do letramento, conseqüentemente não percebem a importância da mesma na sociedade na qual estão inseridos. Os sujeitos da EJA em sua maioria também não se reconhecem capazes de serem autores da transformação social e da humanização.

Diante das discussões acima apresentadas, é inevitável a análise da sociedade, sua imbricação com a escola e a educação, assim como o processo histórico da EJA. Compreendendo assim, como jovens, adultos e idosos participam dos processos de escolarização.

Breve histórico da EJA no Brasil

Antes de adentrarmos no tema da alfabetização e do letramento da EJA, cabe ressaltar um pouco os seus princípios e suas bases históricas. A Educação dos jovens e dos adultos brasileiros ao longo dos anos sofreu uma série de mudanças que nem sempre visavam o desenvolvimento em potencial do seu público alvo. Em grande medida serviu como um modelo de reparação social, com metas e planos estabelecidos para vencer o analfabetismo sem que para isso os sujeitos envolvidos adquirissem uma formação letrada, crítica social.

No aflorar da revolução industrial, a partir da década de 1930, o ensino público brasileiro começou a abranger cada vez mais as diversas camadas da sociedade. Essa ampliação da educação pública foi em grande parte impulsionada pelo governo federal. A educação a partir desse período passou a ser uma forma de integrar a sociedade e capacitar os eleitores, entretanto a população jovem e adulta continuava as margens dos processos educativos, alimentando altos índices de analfabetismo.

Segundo Batista e Correia (2010) a EJA passou por longos anos como se fosse uma educação suplementar, a parte do sistema educacional, acontecendo através de campanhas e projetos de governos ou mesmo de cunho popular, impulsionado pelos ideais de Paulo Freire; todavia sofrendo uma série de fragmentações.

Só a partir da década de 1990 passou a ser integrante da educação básica, assim definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB/1996: Artigo 37- destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Sem adentrar profundamente na análise histórica da EJA, atividade que requer um estudo longo e detalhado, aqui visa frisar como foi tratado, ao longo dos anos, o processo educativo dos jovens, adultos e idosos brasileiros pelas frágeis políticas públicas brasileiras.

O papel da escola, a alfabetização e o letramento na Educação de Jovens e Adultos

Um dos objetivos do presente artigo é o de fazer uma discussão acerca de quais fatores interferem na Educação de Jovens e Adultos - EJA dificultando sua organização e formação dos sujeitos em uma perspectiva do letramento.

Iniciarei buscando refletir sobre a função política e social da escrita nas sociedades letradas. Para isso, torna-se imprescindível distinguir letramento de alfabetização, analisando ainda como uma compreende a outra ao passo que possuem objetivos diferentes.

Também como forma de delimitar o Referencial teórico deste trabalho, discutirei o papel da escola e da EJA na formação e posicionamento crítico perante a sociedade, através da participação de um processo educativo que fuja dos moldes de reprodução do conhecimento. Analisando como a escola pode ter um caráter inovador, que possibilite aos jovens, adultos e idosos uma alfabetização crítica fortemente embasada no letramento.

O termo letramento aqui compreendido vem da palavra inglesa *literacy*, difundido aqui no Brasil a partir da década de 1980 com o intuito de avaliar o nível de competências de leitura e de escrita da população. Nas palavras de Soares (2003, p.5) a invenção do termo letramento surge da “necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita”.

Em relação a vivência de adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada, Leda Tfouni (2006) traça discussões significativas abordando de forma dinâmica a escrita, alfabetização e o letramento. Discute separadamente essas três categorias não com o intuito de apartá-las e sim de demonstrar as especificidades de cada uma para depois mostrar o entrelaçamento ou mesmo que uma pode coexistir independente da outra.

Quando se refere à alfabetização, Tfouni (2006) revela que existem duas formas de concebê-la pela sociedade: a) como um processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita, ou como b) um processo de representação de objetos diversos, de naturezas diferentes. A primeira visão, segundo a autora, é equivocada, a alfabetização aparece com um fim estático; sendo assim, é definida como algo mecânico e funcional.

A Alfabetização e a escolarização caminham juntas, mas isso não significa que deva acontecer ao mesmo tempo. Um adulto pode ter tempos de escolarização e alfabetização diferenciados e a escolarização não é garantia de alfabetização; não há uma hierarquia entre escrita e oralidade, elas são interdependentes, funcionando dentro da igualdade e do princípio da autonomia.

A alfabetização trata da aquisição da escrita pelos indivíduos; já o letramento focaliza aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade, que não são neutros nem inocentes, é o seu uso social. Ainda segundo Tfouni (2006) não existe a pessoa “iletrada” em uma sociedade industrializada e moderna; existem graus diferentes de letramento, e que a sociedade está equivocada quando atribui o letramento apenas a alfabetização, estigmatizando os indivíduos não alfabetizados, inferiorizando a sua capacidade de raciocinar logicamente, de fazer inferências, de efetuar deduções cognitivas.

A pretensão aqui não é a de estigmatizar os sujeitos devido o seu nível de escolarização, sim o de mostrar as suas potencialidades quando concomitante com a alfabetização ocorre o letramento, tornando a prática pedagógica um fazer significativo.

É necessário alfabetizar e para isso é preciso preparo devido o seu alto índice de complexidade e especificidades, tendo em vista que é necessário ir além de simples decodificações de códigos escritos. Como defende Soares (2003), ser alfabetizado é adquirir um conjunto de habilidades de natureza confusa, conseguir relacionar grafemas a fonemas, que às vezes não condizem, significa um progressivo domínio de regularidades e irregularidades da língua falada e escrita. Podemos perceber que o ato de voltar à escola após

anos de evasão, ou que seja a sua primeira vez, é uma atividade complexa que exige dos educadores e dos sistemas de ensino fortes embasamentos teóricos e práticos.

Aqui cabe uma reflexão importante de Bogo (1999), quando ela afirma que “natural é alfabetizar. Extraordinário é educar transformando”. (BOGO, 1999 apud PALUDO 2006, p. 41). Transformar realidades requer um trabalho árduo, engajado com a modificação social a partir da reflexão do povo, fator viável através de uma educação embasada na conscientização freiriana, não só política, mas cultural, ecológica e social.

Alfabetizar de forma específica desvia-se do ato automático de decodificar uma língua através da sua escrita; nesse aspecto entra o letramento como peça fundamental de atribuir significados a esse processo. Aliado a alfabetização e ao letramento entra o respeito às pluralidades culturais e linguísticas, que muitas vezes não são respeitadas no processo de escolarização.

Alfabetizar requer respeito às variedades linguísticas e culturais das classes populares. Nesse processo o letramento apresenta-se como ferramenta para vencer as “inocências” das simplistas formas de se alfabetizar apenas para se aprender a ler e a escrever como se a mesma não tivesse uma função social intrínseca, o que se propõe aqui é uma educação contra-hegemônica, para o povo.

Há uma diferença qualitativa quando os líderes da classe trabalhadora descobrem algo que é muito óbvio, isto é, descobrem que a educação que as classes dominantes oferecem para a classe trabalhadora é necessariamente a educação que reproduz a própria classe trabalhadora (FREIRE 2003, p. 202).

Aqui está o ponto chave do letramento, não é apenas a garantia dada aos sujeitos de participarem do processo de escolarização, vai além, ultrapassa os muros da escola e da ingenuidade política e social. É o empoderamento através da reflexão, quebrando o jugo da indiferença e da desvalorização das culturas populares.

Ser alfabetizado de forma letrada significa tornar-se um sujeito de direitos iguais aos outros cidadãos que se utilizam das letras. É uma forma de o sujeito se tornar autônomo em meio a uma sociedade individualista, que vive em um ambiente de correria diária para a sobrevivência financeira. Contradizendo a essa mesma sociedade, o ato de alfabetizar não deve reforçar a idéia de individualidade e sim de mutualidade entre os sujeitos.

As especificidades da alfabetização de jovens, adultos e idosos estão enlaçadas nas especificidades das camadas populares, que são completamente adversas às das classes economicamente privilegiadas. Os jovens, adultos e idosos são portadores de uma linguagem

diferenciada, peculiar, que deve ser respeitada; são frutos do seu meio de trabalho, da sua cultura local, do seu seio familiar e das interações que fazem; então, por que não respeitá-las na escola como fonte de aprendizagem?

Descartar os saberes populares torna-se um meio de negligenciar o que o outro produz, como se esse outro, seja ele gari, pedreiro, doméstica, dona de casa dentre outros profissionais, não fosse capaz de contribuir ricamente para o crescimento da sociedade em suas diversas esferas.

Uma educação que oculta uma cultura em detrimento da outra se transforma em algo passível de alienação; aliena os sujeitos, seus desejos, individualidade e cultura, pois mesmo que não sejam alfabetizados, todos são capazes de inferir discernimentos, são dotados de uma capacidade de ler e interagir com a sociedade.

Essas análises partem do princípio de que a educação pode sim transformar realidades, ideias estas presentes na pedagogia do oprimido de Freire (1987). A pedagogia do oprimido ainda é uma inovação; ela propõe uma educação construída em comunhão com a classe trabalhadora, ela é capaz de quebrar com a dominação exercida sob a classe trabalhadora exercida pelas forças de uma sociedade capitalista.

Lutemos, então, por uma escola da pedagogia do oprimido, feita pelo povo e com o povo, ideia defendida por Freire e Horton (2003), que traçam um diálogo abordando a educação como ato político e possível de mudanças sociais, no livro “O caminho se faz caminhando”, nesta conversa apresenta idéias cruciais para a educação e para as mudanças que ela pode ser capaz de acarretar.

O sistema educacional é fechado, cheio de burocracia e ideologia das classes dominantes; todavia, é possível transformá-lo através de uma educação que promova a liberdade. “A intimidade do sistema escolar é tão burocratizada que às vezes nos deparamos: isto é, depois de dois, três, quatro, dez anos de trabalho, ainda não vemos resultados finais de nossos esforços e começamos a não acreditar mais” (FREIRE e HORTON, 2003, p. 194).

Ao voltar à escola após anos de afastamento, jovens, adultos e idosos se deparam com um novo mundo, porém carregado das mesmas concepções de educação da qual conheciam há anos. A escola continua com a mesma ideia de formação para a leitura e escrita, abafando o seu caráter de propor ao aluno os meios de desvelar o mundo, superando tanto as suas contradições como o domínio da minoria detentora do poder econômico, sob a maioria, a classe que trabalha com uma única finalidade, sobreviver.

Nesse molde a escola transmite uma educação “capenga”, formando uma massa de indivíduos que só sabem reproduzir o que lhes é imposto. Longe dos ideais do pensar autêntico, essa escola transmite o ideal de servir, servir ao opressor, ao capitalismo, aos preconceitos e assim por diante. Paulo Freire diz, na *Pedagogia do Oprimido* (1987), que ensinar o homem ou a mulher a pensar é algo muito perigoso; o medo do enfrentamento, do questionamento faz a escola muitas vezes agir além da ideologia, passando a agir também repressivamente; conservar e obedecer à ordem são comandos poderosos em uma sociedade onde se valoriza mais o ter do que o ser.

Voz dos sujeitos da EJA

A pesquisa não deixou que os sujeitos da EJA passassem por despercebidos, estes foram os autores principais deste trabalho. Através de entrevistas, diálogos e observações apresentam-se considerações acerca da concepção de educação, trabalho, e das representações atribuídas aos sujeitos a partir do seu nível de formação e letramento.

Além de tratar da importância atribuída ao letramento e à alfabetização nas sociedades que utilizam do código escrito como uma das principais formas de comunicação, analisarei como o analfabetismo funcional pode interferir na vida dos sujeitos. Para tanto, disponho a analisar as falas de alunos da EJA do primeiro seguimento (*ciclo 1- 1ª e 2ª e ciclo 2- 3ª e 4ª séries*), dos seus docentes, da coordenadora e da supervisora geral do município de Amargosa.

Através dos diálogos e das falas colhidas através de encontros, observação e entrevistas, busquei entender como estava se dando os processos pedagógicos de alfabetização e letramento da EJA no município. Esses diálogos aconteceram na perspectiva da pesquisa-ação crítica, na qual uni a pesquisa a minha atuação enquanto educadora da modalidade de ensino aqui pesquisada.

Como define muito bem Franco (2005), “a condição para ser pesquisa-ação crítica é o mergulho na práxis do grupo social em estudo, do qual se extrai as perspectivas latentes, o oculto, o não familiar que sustentam as práticas, sendo as mudanças negociadas e geridas no coletivo.” (Ibid, p.486).

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, considerada como independente, não reativa e objetiva. Esta escolha metodológica favoreceu o trabalho de reflexão conjunta com o grupo ao mesmo tempo em

que possibilitava um retorno dessas reflexões para a sociedade, pois para concretizá-la requer um trabalho com a dialética do coletivo, dos diferentes saberes e visões de uma determinada realidade.

A percepção dos educandos da EJA sobre o analfabetismo funcional

Como já foi discutido anteriormente, alfabetizar não é uma tarefa fácil; exige esforços do educador, dos educandos, de todo o sistema pedagógico e administrativo que envolve a educação. Requer planejamento, metas, formação docente e metodologias diferenciadas de ensino e aprendizagem, em um processo dialógico.

Ao analisar as falas de pessoas com as quais dialogamos nesta pesquisa, que se dispõe a freqüentar turmas da EJA, pode-se constatar que os estudantes da primeira etapa da EJA possuem objetivos em comum. Quando questionados o porquê de estarem estudando, afirmam veementemente que é para “aprender a ler e escrever”. Apesar de possuírem ritmos de vida diferenciados, o desejo de entrar no mundo da escrita perpassa pela vida de todos esses sujeitos.

Quando questionados sobre os seus trabalhos escolares, quase unanimemente os educandos ressaltaram que “na escola tomam a leitura e fazem as contas”. Parece-nos que a escola é uma instância que irá facilitar as suas vidas na sociedade, e o fato de estarem estudando é uma forma de se sentirem livres, de não dependerem tanto dos outros em situações cotidianas, como fazer compras, na sua localização, dentre outros artifícios que exigem a leitura na sociedade.

Pelas falas fica perceptível que não querem uma leitura solta, descontextualizada. Vejamos a colocação do estudante Antonio (38 anos): “Eu quero mais é saber ler e escrever. Para o meu dia-a-dia, pra o meu trabalho.” Outro estudante nos traz outras pretensões dizendo que quer um futuro melhor, e completa a sua fala:

Bom, pra eu conseguir um emprego melhor, entendeu? Eu pretendo estudar pra também ser amanhã depois, fazer..., eu estudo pra ser médico, tudo pode acontecer, entendeu? Meu sonho é ser um médico, eu estou estudando por causa disso (GUSTAVO, 32 anos).

Essa fala contradiz a da supervisora da EJA quando afirma que os alunos não querem muita coisa; segundo ela “só querem aprender mesmo ler e escrever, não tem a pretensão de fazer um vestibular”. Essa fala deixa no esquecimento que os seres humanos são movidos por

sonhos, expectativas de vida; em uma sociedade desigual a escola é sim uma forma de construção de um presente e um futuro mais dignificante.

Estudar é defender uma causa, um jeito de viver; pode ser uma busca de qualificação para o mercado de trabalho, diversão ou um momento de compartilhar com os colegas.

Pra mim estudar é aprender é compartilhar junto com os colegas e até uma terapia né? Que assim, você não tem nada pra ver de noite, só televisão? Você pega vem para uma sala de aula que você ganha muito mais, mais aprendizado (MARCIA, 37 anos).

O ato de estudar perpassa por objetivos variados na vida dos sujeitos, visando dar mais sentido a existência, é movimento, uma forma de se mostrar com vitalidade perante a sociedade, que muitas vezes não oferece outros meios de interação social. Assim a escola se torna uma forma de interação, até mesmo como lazer em determinadas sociedades.

Podemos perceber também a partir dos dados obtidos que as pessoas mais jovens estudam para uma possível qualificação para o mercado de trabalho, já os mais adultos e idosos buscam uma autonomia para não precisar dos outros na hora de ler uma placa, avisos, assinar seu próprio nome.

A escola para os jovens, adultos e idosos é um lugar de sonhar, querem se satisfizer com ela; sendo assim ficam alguns questionamentos. O porquê de tanta evasão e repetência? O que causa esses insucessos?

Ao voltarem para a escola, essas pessoas têm certa timidez, vergonha da sua situação de analfabeto; os primeiros anos de alfabetização são decisivos para manter os sujeitos ou não no ambiente escolar. Experiências agradáveis, baseadas no respeito no que o outro produz, nos tempos de aprendizagens e nas culturas, tem como resposta a permanência e o engajamento no seu próprio processo de aprendizagem.

O estudante da EJA se sente convidado a permanecer na escola quando esta é um ambiente agradável; sendo assim só nos casos de força maior, como doença na família e por necessidade de trabalhar evadem, ao contrário não querem abandonar os educadores e os colegas. Porém quando a mesma não responde as suas expectativas, preferem ficar em casa dormindo, como dizem “ganham muito mais”.

Outras séries de motivos decretam o fracasso escolar dos sujeitos envolvidos com a EJA. Segundo Soares (1988) existem três ideologias que podem explicar o fracasso da escola pública enquanto instituição difusora de linguagem e de conhecimentos sistematizados: “Ideologia do dom, Ideologia da deficiência cultural e a ideologia das diferenças culturais”.

Segundo os pressupostos das Ideologias: do dom, da deficiência e das diferenças culturais, a cultura popular, que deveria ser o principal elemento constituinte do processo educativo, não tem o seu devido valor; a cultura tida como legítima é a erudita, o que o povo produz não tem valia, justificando e alimentando as injustiças sociais.

Conforme essas ideologias, o povo é o único responsável pelo seu processo de aprendizagem, se fracassam no ambiente escolar é por não participarem de uma cultura tida como “superior”; fato que impregna o próprio imaginário das classes populares, que também se culpabilizam.

A cultura faz parte da história e a história é o maior bem que alguém pode possuir, merecendo ser estimados pela mesma. A escola não pode privar os sujeitos de sua cultura, tem que deixar transparecer a importância de cada um. Quando o povo for valorizado, passará a reconhecer que tem poder, pois as pessoas do povo são a maioria, e o poder é valioso e desvelador, exatamente por isso causa medo às classes dominantes.

Ao ser letrado é atribuída alta importância, em contra-partida os menos escolarizados se sentem estigmatizados, desvalorizados; todavia, podemos constatar pelas falas que recebem esse *status* como algo normal, que fazem por merecer por não terem a oportunidade de participarem dos círculos escolares. Segundo a aluna Márcia (37 anos) a pessoa considerada analfabeta não vai ter valor, “claro que não né? Desde quando você não sabe ler e escrever, você não tem uma oportunidade melhor, então não tem valor nenhum”.

As pessoas adultas ao entrarem em contato com a escolarização trazem consigo uma gama de conhecimentos, capazes de fazer leituras ricas de sociedade, política, ética, afabilidade para com os outros e a escola seria um meio de reforçar essas características e não de negá-las. João (34 anos), aluno da EJA, afirma querer aprender a ler e a escrever por que o resto ele “já sabe de tudo”. Muitas vezes esses adultos idealizam a escola e tem como objetivo apenas encontrar aulas que lhe ensinem a ler, escrever, a falar bem, fazer operações e técnicas aritméticas, tem uma visão distante; na maioria vezes querem aprender algo extremamente novo, estranho a si e não o que já vivenciam.

Em muitos aspectos os educandos se representam como os que nada sabem de importante, e “idealizam o professor como o único detentor do conhecimento que vão buscar, devendo prestar toda a atenção naquilo que ele diz, chegam achar pura perda de tempo quando um colega fala” (CARLOS e BARRETO, 2005, p.63).

É comum observar a supervalorização do professor, o mestre, detentor do saber nas falas dos alunos. A visão que fazem deste é de que não pode questioná-los, principalmente

quando são estabelecidos laços fortes de amizade e carinho entre si. Márcia (37 anos) afirma que a escola é de qualidade “por que a professora é maravilhosa”.

A confiança depositada nos docentes pelos alunos é de grande valia na construção do saber, no sentido que são seres iguais estabelecendo relações de respeito e reciprocidade, e não para camuflar realidades. Aqui deveria aparecer a atividade de auto-avaliação do educador de se questionar e questionar aos alunos com estão sendo desenvolvidas as suas atividades, na fuga do estudo mecânico.

Educando, educadores, coordenadores e práxis educativa

Neste tópico partimos da premissa que o ato de educar não é a transfusão de conhecimentos; consiste em possibilidades para a produção e permanentes reconstruções do saber. O estabelecimento de tais faculdades exige dos educandos a sua força espontânea e criativa, e dos organizadores assim como dos educadores conhecimento do terreno do qual estão pisando.

Segundo os princípios freirianos, a ação educativa das pessoas trabalhadoras, exige do educador conceber a educação no processo constante de transformação, sem que para isso se aprisione em normatizações. “A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes” (FREIRE, 2001, p. 16).

Os sujeitos da EJA pertencentes a uma classe trabalhadora exigem cuidados educacionais diferenciados, com metas e planos, não estático-burocratizados, que vise à integração desses sujeitos; não apenas o acesso, mas também uma permanência de qualidade. Ao entendermos que a EJA possui singularidades consequentemente estaremos admitindo que o seu currículo deva ser diferenciado, ao contrário estaremos negando-a assim como aos seus sujeitos.

Através da análise do currículo e de entrevistas com a supervisora da EJA no município aqui pesquisado, foi perceptível a presença de um currículo longe da realidade dos sujeitos, baseados em uma concepção tradicional, como um guia curricular, como se este fosse uma lista de conteúdos destrinchados em unidades e disciplinas. Além disso, percebemos que as intervenções diárias da dinâmica das aulas, da intervenção docente e discente não são percebidas como importantes para a ressignificação do currículo. Visto dessa

forma privilegia-se o produto em detrimento das interações socioculturais que acontecem no cotidiano escolar.

Pelos relatos dos docentes, a organização curricular, ao menos deste ano (2010), aconteceu em um formato por meio do qual os mesmos receberam uma lista de conteúdos para analisar e elencar por unidades (que correspondem aproximadamente a um bimestre e meio). Após essa escolha montaram uma “grade curricular”, que foi nomeada de diretrizes curriculares. Sendo que estes apresentam os conteúdos com competências, entendidas como atitudes *desenvolvidas pelos alunos em curto prazo*, e habilidades, *aquilo que o aluno se torna proeminente capaz de desenvolver sozinho e com destreza em longo prazo*.

A meu ver, essa forma de elencar conteúdos não pode ser nomeada de currículo, já que este designa uma trajetória, uma caminhada onde existem escolhas, mudanças de direção e encontro com o diferente.

Na rede municipal de ensino de Amargosa existem turmas do primeiro seguimento da EJA, que acontecem tanto na zona rural (a maioria das turmas) como na urbana. No entanto, o processo educativo, as discussões e os conteúdos são os mesmos, urbanocêntricos; apesar de ser uma cidade de bases rurais o jeito de se viver e trabalhar das pessoas do campo se distancia dos da cidade, a subjetividade cultural tornam esses lugares ímpares em muitos aspectos, na linguagem, crenças etc.

No atual momento, as discussões no município começam a apontar para os motivos do insucesso da EJA. Segundo os relatos, a evasão é muito grande, neste ano (2010) houve turmas com mais de 70% de evasão, e ainda não chegamos ao final do ano letivo. Além das faltas, os professores relatam que em dias de avaliação, principalmente na zona rural, tem que ir às casas convidar os alunos que se afastam da escola. O período da colheita, o inverno rigoroso, a falta de estradas de qualidade dentre outros fatores demonstram que muitos fatores contribuem para os esvaziamentos das turmas. A sensibilidade de criar um currículo diferenciado é justamente para oportunizar igualmente a fruição dos bens educacionais. Neste sentido o município já reconhece, que realmente carece de implementações.

A EJA não tem um calendário próprio apesar de saber de todas as especificidades que possui, segue o calendário do regular. Mas algumas coisas são adequadas como a formação de turmas após o período de matrícula, muitos só se matriculam depois que começa o ano letivo. (COORDENADORES).

Atualmente podemos perceber no município um esforço em humanizar os processos pedagógicos da EJA. Ao longo dos anos não contávamos com uma coordenadora pedagógica, atualmente já existe essa profissional e a mesma têm iniciado discussões relevantes, convidando a todos a refletir sobre a ação educativa.

Em contrapartida, podemos perceber que há uma carga de responsabilidade muito grande atribuída à ação docente. Quando tratamos da evasão o poder público ainda culpabiliza “as práticas dos professores, o inverno rigoroso e o cansaço pelo trabalho como fatores fortes para o insucesso da EJA”. Quando questionados se o município está conseguindo letrar responderam que não. “Muitos professores estão preocupados em ensinar verbos, pronomes coisas sem sentidos”.

A ideia de letramento parece restrita, apontando que este acontece quando “se faz uso da leitura e escrita para pegar um ônibus, ler contas...”. Por final ressalta qual é o maior problema enfrentado pela EJA: “Muitos professores não sabem como trabalhar tratam os alunos com rispidez, como crianças etc., isso acabando levando a evasão.”

Seria realmente apenas o professor o único responsável pelos processos pedagógicos, assumindo sobre si todos os custos dos sucessos ou insucessos? Pela descrição do seu perfil sim: “São pessoas com experiência no ensino regular, sem muitas experiências na educação da EJA, muitas vezes adotam as mesmas práticas que adotam com as crianças, acabam desestimulando os alunos levando a evasão”.

Já os educadores em todos os encontros apontam para a “necessidade de mais organização e formação docente”, sabendo que possui para as demais modalidades, questionam porque não para a EJA.

O que nos deixa transparecer pelas falas é uma imagem ingênua e espontaneista de conceber a educação como Freire (2001) sabiamente discursa. No momento em que um sempre espera que a mudança parta do outro, sem que para isso tome a iniciativa lançando os esforços necessários.

Ponderamos ser válida a reflexão das ações realizadas acima pelos educadores, coordenadores e organizadores, entretanto esse ato de reflexão deve dar subsídios e fundamentações às ações práticas de mudança. Até mesmo de mudança de conceber a EJA, quando se referem ao ensino fundamental diurno como regular. Então, fica o questionamento: Será que a EJA é irregular?

Defendemos aqui que não existe na educação a designação de *culpado* ou *inocente*, devemos caracterizá-la como uma construção coletiva, onde não exista o responsável e sim os

responsáveis. Chegando assim a denominadores comuns, desvelando os seus problemas e buscando as possíveis soluções.

Considerações finais

Este trabalho permitiu identificar, não profundamente, o que permeia o processo de escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas que não tiveram acesso durante os primeiros anos de suas vidas. Quais as ideologias que perpassam durante esse processo e a qual serviço está a EJA.

É oportuno salientar que este estudo está centrado no fato de que existem pessoas alfabetizadas e não letradas, ou seja, que não consegue utilizar a letra de forma efetiva, plena. Esses são caracterizados como analfabetos funcionais, vivem dentro da sociedade, mas são excluídos da mesma devido a sua condição educacional, condição esta que contraditoriamente é condicionada pela própria sociedade.

Após as discussões sobre a EJA, podemos concebê-la como um mecanismo de afirmação dos sujeitos, enquanto perpassar pelos ideais de humanização. Percebemos que esta modalidade educativa se depara com um caráter desumanizador, pois por inúmeras vezes recai no descuido social e político. Até mesmo nos círculos acadêmicos é difícil constatar a presença de estudiosos comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos da EJA.

Ao valorizar a identidade da EJA conseqüentemente estará priorizando uma educação com base na formação e no desenvolvimento pleno da cidadania dos mesmos. Quando não se presa pela alteridade o ensino cai na mera decodificação das palavras longe de uma formação para o mundo.

A valorização da alteridade recai sobre a formação letrada dos sujeitos, para tanto a educação deve caminhar dentro dos princípios da humanização, baseada em uma educação de caráter popular, promovida pelos e com aos sujeitos que dela fruirão. Para tanto um currículo próprio para a EJA irá dar subsídios para o fortalecimento da voz desses sujeitos na sociedade.

Por fim, acredito que a EJA precisa ser reconcebida no intuito de tornar a sociedade igualitária, diminuir a competição destrutiva e alavancar a reflexão. A competição gera revolta no sentido de desgraças sociais, na corrida de ter sempre mais, apostado na reflexão

enquanto percepção de que somos todos seres humanos, perecíveis enquanto matéria, e que na união podemos tornar a existência de todos plena.

Referências

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: www.ufrpe.br/download.php?endArquivo=noticias/4248_LDB.pdf . Acesso em: 07 de Set. de 2011.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 29ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões da nossa Época, vol. 3).

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: Id. *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*/Moacir Gadotti e José E. Romão (orgs.)-4 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1987.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Org. Brenda Bell, John Gaventa e John Peters; tradução de Vera Lúcia Josceline. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PALUDO, Conceição. *Educação Popular: dialogando com redes latinoamericanas (2000-2003)*. In: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas / Pedro Pontual, Timothy Ireland (organizadores). – Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2006.

SOARES, Magda. *A resignificação do conceito*. In: Construção coletiva: contribuições a Educação de Jovens e Adultos. Org.: Ministério da Educação. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1988.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação – 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em 08 de Set. de 2011

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não – alfabetizados em uma sociedade letrada*. Ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2006.